

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo que Conduziu à
Venda e Resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)**

27.^a Reunião
(24 de maio de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (Filipe Neto Brandão) declarou aberta a reunião às 10 horas e 40 minutos.

Procedeu-se à audição do Sr. Dr. António Costa (Comentador da TVI), que respondeu às questões formuladas pelos Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Carlos Silva (PSD), Lara Martinho (PS), Mariana Mortágua (BE) e Eurico Brilhante Dias (PS).

O Presidente (Filipe Neto Brandão) encerrou a reunião eram 12 horas e 23 minutos.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, muito bom dia a todos.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, temos hoje a audição do Sr. Jornalista António Costa que, perguntado por mim sobre se pretendia fazer uma declaração inicial, prescinde dessa sua prerrogativa.

Assim sendo, darei, de imediato, a palavra ao primeiro grupo parlamentar interpelante, que será o CDS-PP.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Dr. António Costa, agradecer-lhe a disponibilidade para colaborar com esta Comissão e contextualizar um pouco os termos em que esta audição se processa.

Nós temos tido ao longo das várias audições que aqui fizemos, como terá conhecimento, referências à notícia que a TVI deu e que já aqui foi bastante discutida, nomeadamente na semana passada.

Em relação aos depoimentos que tivemos, a generalidade dos mesmos, designadamente os do Ministério das Finanças e do Banco de Portugal, qualificaram a notícia como falsa e quando questionados pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP sobre o que teriam feito para apurar uma eventual fuga de informação, que poderia vir daquelas duas entidades, a resposta foi sempre a de que não havia que apurar responsabilidades sobre fuga de informação, porque a notícia era falsa e, portanto, não era possível que tivesse saído de nenhuma daquelas entidades.

Por outro lado, qualquer uma dessas entidades e também o BANIF e a CMVM afirmaram não terem sido contactadas por ninguém da TVI durante aquele dia até à publicação daquela notícia.

Ainda várias entidades e personalidades, a última das quais a Associação de Lesados do BANIF, disseram que a notícia teve influência no processo.

Ora, dado este contexto e sabendo que o Diretor de Informação da TVI apresentou aqui a versão da TVI sobre a situação, na qual indicou o Sr. Doutor como tendo estado presente durante o período em que a notícia foi desenvolvida, pelo menos.

Como não sei se estava, pergunto-lhe, desde já, se estava na Redação da TVI no momento em que a notícia saiu pela primeira vez. Sabe o que é que a TVI conhecia no momento em que, pela primeira vez, saiu no rodapé informação sobre o BANIF?

O Sr. Dr. **António Costa** (Comentador da TVI): — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua pergunta e pela oportunidade de esclarecer, diria, a minha participação neste processo.

Quero começar por dizer que eu estava, de facto, na Redação da TVI por motivos pessoais, que foram, de resto, anunciados pelo Sérgio Figueiredo aqui na última reunião da Comissão, e acho que posso, provavelmente, ser mais útil se explicar o processo, digamos assim, da minha colaboração, da contextualização daquela que foi, depois, a minha intervenção no comentário na 25.^a Hora na TVI.

Como sabem sou comentador da TVI e estando eu na Redação da TVI naquele momento, de facto, por pura coincidência – e não quero precisar a hora mas seriam 22 horas, ou 22 horas e 15 minutos, ou 22 horas e 30 minutos – e estando de saída desse evento particular onde estive presente, os editores da TVI informaram-me que havia uma notícia que já estava a passar

em rodapé sobre a preparação para o fecho do BANIF – a notícia era a de que estava tudo preparado para o fecho do BANIF – e pediram-me para contextualizar e enquadrar a notícia na *25.ª Hora* com o comentário que tantas vezes faço.

Portanto, de alguma maneira, a partir desse momento, quando me informam e me pedem essa colaboração, primeiro as pessoas que estavam na edição da noite e depois, como teve aqui oportunidade de dizer o Sérgio Figueiredo, por *SMS* quando me pediu para ajudar a contextualizar a notícia, eu, nessa medida, foi o que fiz, isto é, preparei-me para o comentário que acabei por fazer e que é público – aliás, não sei se tiveram ou não oportunidade de ver o comentário que eu fiz.

Portanto, foi esse exatamente o contexto e o momento em que tive oportunidade de participar – e esta expressão até me parece excessiva, mas... –, de contextualizar e de contribuir com um comentário para o esclarecimento e para o enquadramento do que era também, quanto a mim, uma notícia relevante à data sobre a situação e sobre o futuro do BANIF.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr. Deputado João Almeida, não quero, de modo algum, interrompê-lo, mas era só para clarificar, porque não o referi no início, que a grelha de tempos para esta audição foi acordada em seis minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, eu estava a contar com cinco minutos, portanto...

Sr. Doutor, a hora a que estava presente na Redação é relevante só por uma razão e esta é a pergunta: toda a participação que teve no processo foi enquanto comentador, preparando a contextualização de uma notícia, ou foi como jornalista também participando na definição do conteúdo dessa notícia?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Foi como comentador da notícia enquadrando e, obviamente, quando se dá uma notícia e, até porque sou comentador regular da TVI, sempre que há notícias relevantes, muitas vezes mais na área económica e financeira do que na área política, eu sou convidado ou chamado a participar e parece-me que, digamos, é um dado importante para acrescentar valor às notícias.

Mas foi, de facto, na qualidade de comentador da TVI que tive a minha participação neste processo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa clarificação é relevante, porque não tinha ficado assim tão claro da audição do Dr. Sérgio Figueiredo que assim tivesse sido.

Obviamente que não há compartimentos estanques e estando a preparar o seu comentário e quando está numa Redação fala com as pessoas que lá estão, por isso pergunto-lhe se a evolução que a notícia foi tendo até à 25.^a Hora, que é uma evolução substancial, em alguns casos uma evolução até contraditória, teve alguma coisa a ver, em algum momento, com o que foi apurando no seu trabalho de preparação de contextualização da notícia enquanto comentador, e se passou informação que foi obtendo aos jornalistas que estavam nesse momento a trabalhar que lhes tenha permitido fazer essa evolução.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Provavelmente, antecipando-me e algumas perguntas que poderão ser feitas sobre essa matéria, será, se calhar, útil dizer qual foi o meu processo de preparação – que faço muitas vezes e, provavelmente, já o fiz com alguns dos Srs. Deputados que aqui estão presentes.

Quando faço comentários, de facto, há temas que exigem mais contactos outros menos, enfim, depende do tema, do momento, da informação que eu próprio tenha... Quando me pediram para ajudar no contexto e no comentário a notícia eu tive oportunidade telefonar – e pensei em várias pessoas... – para o Dr. Jorge Tomé. Isso é público e notório, aliás, ele utilizou a expressão de que eu fui coordenador da notícia, e, de facto, eu não foi o coordenador da notícia, mas percebo a confusão de quem não está numa Redação e, portanto, levo isso à conta de confusão de quem não está numa Redação.

Portanto, falei com o Dr. Jorge Tomé não para pedir nenhuma confirmação de notícia ou desmentido de notícia, porque não era esse o meu papel, mas para contextualizar a situação do BANIF face a um risco iminente de resolução e ao contexto em que aquilo poderia ser feito.

Obviamente que, depois, estando numa Redação e, como diz e bem, não partilhei propriamente informação noticiosa, mas partilhei com os meus colegas o comentário que eu ia fazer, porque foi para isso que eu, obviamente, me preparei, lendo coisas, lendo documentos, lendo informação (alguma pública), mas também decorrente da conversa com o Dr. Jorge Tomé.

Se me pergunta-me se os meus contactos e a minha partilha de informação tiveram influência na correção da notícia, não lhe consigo dizer. O Sérgio Figueiredo esteve aqui e, digamos, referiu aquela que foi a construção antes, durante e depois da notícia. Eu partilhei o comentário que ia fazer, outras pessoas como foi aqui dito, foram envolvidas, nomeadamente os jornalistas, que estão editorialmente dependentes, se me permitem a expressão, da direcção editorial, no desenvolvimento da notícia, mas eu não lhe consigo dizer em que medida é que a minha partilha do comentário, que, como digo, depois, teve tradução nesse comentário público, serviu ou não,

muito ou pouco, para mais do que uma correção, se me permite, uma evolução da notícia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu também me revejo mais na expressão correção do que na expressão evolução, porque, como tinha dito anteriormente, em algumas matérias foi contraditória a informação inicialmente dada e a que deu depois.

É muito relevante uma frase que disse de que não partilhou informação noticiosa; partilhou aquilo que era um trabalho, que é completamente diferente do trabalho, mesmo do ponto de vista deontológico, que tem de ser feito para dar uma notícia, do trabalho que é feito de preparação de um comentário, que tem processos diferentes.

Foi aqui dada pelo Dr. Sérgio Figueiredo, embora de forma bastante escassa, alguma informação sobre aquilo que tinha sido a base da notícia que foi dada inicialmente e houve uma referência a uma única fonte documental, que era uma carta entre o Governador do Banco de Portugal e o Ministro das Finanças.

Pergunto-lhe: uma vez que ia comentar a notícia foi partilhada consigo essa carta antes de fazer o comentário? E pergunto-lhe isto porque o Diretor de Informação da TVI disse que a Redação da TVI dispunha dessa carta. Antes de fazer o comentário teve oportunidade de ler a carta?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não tive oportunidade de ler a carta.

A informação que me foi passada naquela noite era a que estava a passar no rodapé de forma muito sucinta e, portanto, essa foi a base de informação que serviu para eu próprio fazer comentários e me preparar para o comentário que acabei de fazer na 25.^a Hora.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A única pessoa com quem já nos disse que falou foi o Dr. Jorge Tomé. Confirma ou, pelo menos, sabe se o Dr. Jorge Tomé tinha sido contactado antes de a notícia ser publicada? Ele falou-lhe sobre isso?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não sei. Não lhe perguntei! Como disse, eu não lhe telefonei para pedir confirmação... Aliás, seria até, se quiser, ofensivo para a equipa editorial da TVI estar uma pessoa da área não editorial, um jornalista que não é jornalista da TVI, a fazer o trabalho e a substituir-se à Redação da TVI...

Portanto, não foi nesse sentido que lhe coloquei... Não lhe perguntei se ele foi contactado ou não, não era esse o meu papel nem o meu objetivo nesse contacto com o Dr. Jorge Tomé.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, para além do contacto com o Dr. Jorge Tomé, fez outros contactos, designadamente ao nível da supervisão e da responsabilidade política?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não fiz! Dada a hora e a natureza da informação àquela hora, de facto, era difícil fazer contactos pessoais e acabei por telefonar para a pessoa com quem acabava por ter uma relação de maior proximidade e que me poderia, rapidamente, do ponto de vista do Banco, que era, digamos, a minha preocupação no sentido do contexto da notícia... Ou seja, no contexto da resolução e no contexto de uma decisão, que está iminente, como é que o Banco iria ser gerido e como é que iria haver uma evolução do processo. Foi esta a minha preocupação e também daí a minha opção por contactar o Dr. Jorge Tomé e não outras fontes, que não contactei de facto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é importante não do ponto de vista do comentário, porque, contextualizando em termos de comentário, é absolutamente compreensível, mas já é mais complexo, porque aquilo que nos foi dito pelo Diretor de Informação da TVI foi que o Sr. Doutor tinha tido uma participação numa espécie de equipa, de uma *task force* que tinha constituído, e que tinha tido papel ativo em alguns dos passos que são fundamentais na construção e, depois, na evolução ou na contradição de uma notícia.

Portanto, para mim, é claro que não foi esse o caso e eu pergunto só em relação a uma coisa específica que foi muito sensível na audição do Dr. Sérgio Figueiredo e que tem a ver com a questão dos depositantes acima dos 100 000 euros.

A informação inicial é de que vai haver perdas para esses depositantes, depois isso é contradito, mas a fundamentação que foi aqui expressa pelo Dr. Sérgio Figueiredo para dizer que os depositantes acima dos 100 000 euros iam ter perdas foi a de que teria sido a interpretação da lei.

Sei que o Sr. Doutor tem conhecimento dessas normas e, portanto, pergunto-lhe se, em algum momento, partilhou a interpretação que tinha das mesmas para que isto pudesse ser concluído por alguém, ou se estava alguém na Redação que, efetivamente, pudesse fazer uma análise jurídica deste tipo para tirar uma conclusão tão relevante quanto a de que os depositantes acima dos 100 000 euros iam ter perdas.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Se me permite um comentário prévio à sua observação sobre a minha participação e ao comentário que o Sérgio Figueiredo fez aqui, eu já fui diretor de informação (embora não de uma televisão) e quando um diretor de informação – e não falo em nome do Sérgio Figueiredo, que não me encomendou... portanto, estou à vontade, com independência total para dizer isto –, e é esse o meu entendimento, fala em

contexto de notícia, o comentário faz parte do contexto da notícia. É importante para a informação que, para lá da informação, se faça contexto e foi nesse sentido que me pediu essa ajuda e esse apoio, de facto, como eu disse, por pura coincidência, porque estava lá no momento.

De facto, como não participei, nem fui fonte da notícia, nem fui o autor da notícia, e nem participei da coordenação da notícia, não estou em condições para lhe dizer em que momento é que foi percebido que essa interpretação estava correta ou incorreta. Não participei desse momento. Portanto, acompanhei a notícia no rodapé e, a partir do momento em que o rodapé começou a passar, comecei eu próprio a preparar-me para fazer o comentário que entendi que era necessário fazer para contextualizar a notícia que estava em causa.

Portanto, não lhe consigo responder a isso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Antes de concluir, gostava de dizer que a clarificação que faz no sentido de dizer que o comentário faz parte do contexto da notícia, é uma clarificação importante.

Assim, a pergunta objetiva que lhe faço é a seguinte: fazendo parte do contexto da notícia, em circunstância alguma pode substituir aquilo que deontologicamente são as obrigações jornalísticas na formação, edição e publicação de uma notícia. Posso concluir isso?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Pode concluir e é absolutamente verdade. Um comentário não substitui, obviamente, o trabalho jornalístico. Daí eu dizer que seria até ofensivo para a excelente equipa que a TVI tem, a começar no Sérgio Figueiredo, que fosse pedido a um comentador para fazer o trabalho jornalístico dos jornalistas e da equipa editorial da TVI.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão) — Antes de dar a palavra ao Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, gostaria de referir que, por lapso meu, não fiz eco de um pedido que o Sr. Jornalista António Costa fez logo no início no sentido de agradecer não ser tratado por Doutor e, portanto, faço eu este pequeno esclarecimento, na sequência da intervenção do Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava de cumprimentar António Costa e agradecer também os contributos que possa dar a esta Comissão.

Disse-nos aqui que participou, à margem da construção da notícia, no papel de comentador propriamente dito e, ainda assim, eu gostava de lhe perguntar se considera que a notícia inicialmente libertada, a das 22 horas e 8 minutos, se não estou em erro, ou das 22 horas e 18 minutos, era, de facto, verdadeira.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Sr. Deputado, quando me foi pedido que fizesse o comentário da notícia, e a notícia já estava, de facto, em rodapé, admito que, porque acompanhava e acompanhei o caso BANIF, entendi sempre a notícia que estava a passar, que era a de que «está em preparação o fecho do BANIF», ou que «está tudo preparado para o fecho do BANIF», como sendo a resolução do BANIF e, portanto, para mim, aquela notícia era verdadeira.

Obviamente, como lhe disse, não participei nos contactos, nas fontes e no trabalho jornalístico prévio à decisão de publicação da notícia, primeiro nesse rodapé, e, depois, tive oportunidade de ver os vários rodapés que foram feitos com quatro ou cinco mensagens.

Portanto eu, com a informação que tinha, considerava que a notícia era verdadeira e, se quer que lhe diga – embora não me tenha perguntado, mas arrisco responder ao que pode estar implícito na sua pergunta – do ponto de vista jornalístico, eu, que sou jornalista de economia e que prezo muito o rigor, percebo que, numa televisão, no contexto em que é dada a notícia, se utilize a palavra «fecho» em vez de «resolução». Acho bem, aliás, o meu comentário na 25.^a *Hora* também foi nesse sentido.

Percebo a substituição, mas acho bem que se tenha corrigido, por uma questão de precisão, por causa da matéria, mas isso não altera o que, para mim, era a essência da notícia, que era haver uma situação iminente de resolução do BANIF. Parece-me que esse é o espírito da notícia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Essa é uma das partes da notícia, a que refere o fecho e a resolução, depois há outras duas partes em são ainda mais falsas, nomeadamente a dos 100 000 euros e a da suposta integração de uma parte boa na Caixa Geral de Depósitos.

Não lhe pergunto se, à altura, com os dados que tinha, julgou a notícia verdadeira... Enfim, confiava nos jornalistas, que, certamente, lhe terão dito qual era a fonte ou a fiabilidade da fonte e, portanto, admito que, nessa altura, a tenha considerado verdadeira.

Aquilo que lhe pergunto é: com o seu critério jornalístico, sabendo que àquela altura já existiam outros dados, continua a considerar que aquela era uma notícia verdadeira, naquele dia, àquela hora?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Peço desculpa, mas não estou a perceber exatamente a sua pergunta. Refere outros dados... A que dados é que se refere?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Hoje em dia já se sabe que, naquela altura, não estava equacionada a perda dos depositantes acima dos 100 000 euros e também se sabe que não estava equacionada a integração na Caixa Geral de Depósitos, pelo que, hoje, sabemos que a aquela notícia era falsa naquela altura.

O que lhe pergunto é: hoje, considera que aquela notícia é falsa?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu creio estar aqui a responder pela minha participação na elaboração e na notícia.

Não quero fugir à sua pergunta, não quero, obviamente, responder pela direção da TVI, não tenho mandato nem competência para tal, mas, creio que já foi aqui assumido, e eu acho que muito corretamente e de forma muito frontal, que a questão dos depositantes era uma notícia errada, ou falsa, na sua expressão, e foi corrigida, de facto, e bem, e ainda bem que foi corrigida, e isso foi dito aqui.

Discutirmos a questão da Caixa Geral de Depósitos, diria, enquadrasse noutra perspetiva. Ou seja, já foi aqui confirmado, aliás, posteriormente confirmado, por outras audições, que esteve em equação, em estudo, que foi proposta a integração do BANIF ou de uma parte do BANIF na Caixa Geral de Depósitos, portanto dizer que a notícia era falsa não me parece exato, preciso, ou, sequer, correto.

Sobre a essência da notícia, a resolução ou o fecho, para utilizar uma linguagem simplificada, a notícia era verdadeira e, hoje, à luz do que aconteceu, excetuando, como eu disse, o erro ou a falsidade, para utilizar a sua expressão, da questão dos depósitos, posso dizer-lhe que, na essência, a notícia é verdadeira, e, hoje, avalio-a como tal.

Enfim, sei que as generalizações fáceis são sempre perigosas, mas todos os dias ouvimos no discurso público falar no fecho do BES e sabemos que o BES não foi fechado; foi resolvido e, depois, houve um banco de

transição. Neste caso houve uma resolução e não houve banco de transição. Mas, na linguagem política, em campanha eleitoral, ouvimos isso. Pode dizer-me que falar em resolução não é a forma mais precisa; se calhar, não é, por isso tive o cuidado de dizer, na 25.^a *Hora*, que quando se estava a falar em fecho, do que se estava a falar era na resolução do Banco que estava iminente por um conjunto de coisas.

Portanto, na essência, considero que, salvaguardando ou excetuando – o que não é pouco, também reconheço, não é de menos – a questão dos depositantes, que é uma informação errada e que não deveria ter sido passada, e, como é evidente, não estou sequer a desvalorizar o erro, estou a valorizá-lo, diria que a questão de estar tudo em preparação para o fecho do BANIF, hoje, com a informação que temos, é, diria, mais verdadeira do que aquela que eu supunha à data em que ela foi feita.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que fique claro que não peguei na questão do fecho porque o BANIF está mesmo fechado, o BANIF foi mesmo fechado, se quiser ir a um balcão do BANIF não pode... A questão é a Caixa Geral de Depósitos e os 100 000 euros e foi por isso que lhe perguntei sobre essas componentes.

Gostava de lhe perguntar também a que materiais é que teve acesso para construir o comentário. O que é que lhe deram, que notas lhe deram, onde é que se informou e que contactos realizou?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como eu disse há pouco, a informação que eu tive era a da nota que estava no rodapé e o que me foi passado verbalmente pelos editores que estavam, à noite, a trabalhar naquela edição foi o que estava em nota de rodapé. Portanto, não tive acesso a nenhum documento, a nenhuma fonte, nem sei, nem sabia, a não ser o que foi dito aqui publicamente.

Do ponto de vista dos meus contactos, como lhe disse, para lá do meu conhecimento pessoal do tema e de ter lido, obviamente, naquela hora antes da ida para o ar, o único contacto que eu fiz, como eu disse, foi com o Dr. Jorge Tomé.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, elabora um comentário na televisão com base num rodapé e com os seus conhecimentos no BANIF, não realiza nenhum outro contacto, apesar de, tendo sido diretor de um jornal económico, ter certamente um vasto conjunto deles, a não ser com o Dr. Jorge Tomé e produz um comentário televisivo com base numa frase que passa num rodapé.

Pergunto-lhe se, por essa altura, não terá sequer procurado notícias que já tinham sido conhecidas por aquela altura sobre o mesmo assunto: Por exemplo, investigou ou leu as notícias de 30 de novembro do *Diário Económico*, que, no essencial, faziam referência a algumas das questões que a TVI, naquela altura, avançava de forma bastante mais alarmista?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu não vou fazer comentários aos seus comentários sobre o meu procedimento. Eu não estava ali a fazer um papel de jornalista no sentido de apurar notícias e de fazer o trabalho que o nosso Código obriga e que os leitores e os telespetadores merecem; eu estava a fazer um comentário.

Li, como lhe disse... Agora não tenho presente, mas vi várias coisas em papel e no computador, notícias dos últimos dias, comentários públicos... Portanto, pareceu-me... Não sei se o Sr. Deputado teve oportunidade ou não de ver o meu comentário, mas acho que seria útil para a observação que fez sobre se chegava ou não, que é o que está implícito na sua avaliação.

Um comentário não pode ser feito apenas com um contacto, que nem é de uma fonte, porque não se trata de uma fonte, porque não era para dar

notícia... Discordo de si, mas convidava-o, de facto, a ver o comentário para poder opinar sobre o comentário e não sobre o que é suposto ter sido o meu comentário. Isto para lhe dizer que, com a discussão, isto é, com a troca de informação que tive com o Dr. Jorge Tomé e com o que eu próprio conhecia do processo, com o que fui falando nas semanas anteriores com várias pessoas... Enfim, eu, naquela noite, perante aquela informação, só falei com o Dr. Jorge Tomé, mas, sobre o BANIF, falei muitas vezes com muita gente nas semanas anteriores, seja da área da supervisão, não para notícia, obviamente, seja da área política.

Portanto, isso foi suficiente, de facto, para eu fazer um comentário que considero que foi um comentário que acrescentou valor a um rodapé, porque um rodapé, por natureza, tem uma capacidade de detalhe muito diminuta e, portanto, se quer que lhe diga, acho que acrescentei valor e que os telespetadores da TVI ficaram melhor informados sobre a natureza do que estava ali a ser noticiado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Dr. Sérgio Figueiredo nunca comentou consigo a origem e a construção da notícia para contribuir para que o seu comentário fosse mais sólido?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não comentou. Como eu próprio disse aqui, ele não estava na Redação, enviou-me uma *SMS* dizendo que havia esta notícia e pedia-me para participar, contextualizando a notícia na 25.^a *Hora*, ajudando, se quiser a expressão, a um *follow-up* da notícia na 25.^a *Hora* com o comentário, que foi o que eu fiz.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A notícia de 30 de novembro do *Diário Económico* antecipa, no essencial, algumas das questões que surgem na notícia da TVI e gostava de perguntar se, em algum momento, acompanhou

a construção destas notícias, ou se se interessou por elas, ou se fez algum contacto para saber mais sobre isto, tendo em conta também os seus contactos, e se, em algum momento, terá tido acesso às cartas que estão na base desta notícia e, também, pelo que podemos apurar, na base da notícia da TVI.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu não tenho presente de que notícia é que fala do *Diário Económico* do dia 30.

Pela função que desempenho como comentador, quando surgem notícias destas áreas económico-financeiras, que sejam temas de maior atualidade que estejam na atualidade política e que antecipo que possa vir a ser chamado para fazer comentários, normalmente faço trabalho de casa, falo com pessoas, leio...

Não lhe consigo precisar se, nessa notícia em concreto, se nesse dia falei com alguém especificamente por causa dessa notícia. Não tenho isso presente, confesso, mas... É o meu trabalho no dia a dia, não é? Quando saem notícias de atualidade em que sou, umas vezes com maior assiduidade outras não, convidado a comentar eu tento, obviamente, face às notícias que saem, ir desenvolvendo contactos, percebendo e acrescentando informação.

Como lhe digo, faço-o para dar maior consistência, ou para recolher maior informação e poder dar um maior enquadramento para poder fazer comentários... Agora, os comentários não são notícias, eu não faço comentário dando notícias; eu faço comentários tentando dar, com o máximo de informação possível, enquadramento ao que significam as notícias. Isso é que é o comentário. Bom, também podia fazer um comentário dando notícias, mas não é o caso, nem eu faço isso.

Portanto, esse é trabalho, neste caso, da equipa da TVI, neste como noutros, e sempre que eu faço comentários, seja de natureza económica ou financeira ou até política, de facto, eu tento recolher o máximo de informação

possível, às vezes, com contactos outras vezes só com informações documentais.

Sobre a questão dos documentos, como disse há pouco ao Sr. Deputado João Almeida, eu não tive contacto nenhum com nenhum tipo de documento que a TVI teve e que aqui foi explicitado como fonte de informação da notícia, ou como uma das fontes de informação da notícia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Para terminar, gostava só lhe perguntar se mantém alguma ligação com Bruno Proença do Gabinete de Informação do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Peço desculpa, não percebi.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se mantém alguma ligação, tendo em conta também que trabalhou em conjunto...

O Sr. Dr. **António Costa**: — Alguma ligação?... Quer saber se é meu amigo? É meu amigo! Eu sei que as amizades estão muito presentes no discurso político... É meu amigo, mas não vejo, francamente, por que é que isso vem ao caso, mas é a minha opinião... Sim, mas é meu amigo. É meu amigo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, pode só esclarecer-me: no passado qual foi o cruzamento profissional que tiveram?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Isso é público e notório: ele foi meu diretor adjunto no *Diário Económico* e meu editor, aliás, até creio que fui eu que o contratei para o *Diário Económico* em tempos idos, portanto... E hoje mantenho uma relação de amizade, sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Jornalista António Costa, saudá-lo pelas informações que nos traz, que são bastante úteis e importantes para a continuação da nossa investigação em torno deste tema do BANIF, e começar por questioná-lo sobre a sua relação de trabalho com a TVI.

Qual é a função que exerce na TVI?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Sou comentador, se quiser a expressão, residente da TVI. Sou também coordenador de projetos editoriais da TVI diária, não diários, de informação não diária.

Tive oportunidade de, por exemplo, na TVI organizar recentemente uma conferência sobre bancos onde esteve presente o Sr. Primeiro-Ministro, o Presidente da República e entidades internacionais. Digamos que a coordenação editorial desses projetos, neste caso este projeto mais recente, foi feita por mim, não sozinho, mas com a minha coordenação.

O Sr. Carlos Silva (PSD): — Portanto, será esse vínculo que o define como *editorial committee of TVI*?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Exatamente.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — No âmbito dessa relação contratual comunica com colaboradores da TVI, utiliza as instalações da TVI, tem gabinete na TVI?

O Sr. **António Costa**: — Sim, comunico com colaboradores da direção da TVI com quem tenho interação, porque é uma área editorial e portanto é a quem de, alguma maneira, respondo.

Tenho gabinete na TVI, que não é meu; é um gabinete onde trabalho quando vou à TVI para tratar destes assuntos e não dos comentários, porque esses, obviamente, não exigem a minha permanência na TVI.

O Sr. **Carlos Costa** (PSD): — Essa presença na TVI, tendo em consideração que se trata de uma responsabilidade em termos editoriais, permite-lhe fazer correção a textos, fazer alterações a conteúdos...?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não. De todo! De todo! A direção da TVI, as hierarquias editoriais da TVI têm a responsabilidade e, aliás, não seria permitido, do ponto de vista ético, deontológico e profissional, que eu, como colaborador da TVI para ao comentário e para estas áreas de iniciativas editoriais, tivesse alguma capacidade, ou tivesse alguma autoridade, se quisesse, ou alguma legitimidade para corrigir textos, ou para corrigir notícias, ou para... Não faço, não tenho essa... Aliás, nem estou presente em nenhuma reunião de edição da TVI. Como todos os jornais as televisões também têm reuniões diárias sobre alinhamentos e eu não faço ideia, nunca soube nem sei, qual é o alinhamento editorial da TVI. Não participo nessas decisões. Não participo, porque não posso, porque não tenho essa função, porque não tenho essa competência nem esse trabalho na TVI.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Então, não é verdade aquilo que o Sr. Diretor de Informação aqui nos disse que terá pedido a ajuda de uma pessoa, neste caso do Sr. António Costa, no sentido de, não diria coordenar, mas, pelo menos, ajudar os jornalistas que estariam na TVI, sendo que, de resto, segundo ele, a Redação estaria desfalcada, porque no domingo à noite era difícil...

Portanto, não é verdade que o Sr. António Costa participou, por um lado, nas primeiras notas de rodapé e, depois, nas correções que ocorreram?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Se me permite a correção, não creio que o diretor da TVI tenha dito que eu participei nas primeiras notas de rodapé... Eu ouvi com atenção... Pediu-me ajuda. É verdade que me pediu ajuda...

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Pediu-lhe ajuda e colaboração no sentido de ajudar os jornalistas na Redação.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não creio que tenha sido isso exatamente, mas pediu-me ajuda para enquadrar a notícia, que foi o que eu fiz no comentário na 25.^a Hora.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Relativamente à notícia, o jornalista António Costa, que é um jornalista da área económico-financeira, que conhece bem os impactos destas notícias no sistema financeiro, quando confrontado às 22 horas e 18 minutos com a notícia não achou que a nota de rodapé era falsa?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como tive oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Miguel Tiago não achei que a notícia era falsa, desde logo, porque

tenho muita confiança na competência e na seriedade quer do Sérgio Figueiredo quer de toda a equipa da TVI.

Portanto, fui confrontado com uma notícia que estava a passar em rodapé e foi-me pedida essa ajuda no sentido de contextualizar e de ajudar a contextualizar a notícia na 25.^a Hora.

Sobre se a notícia era falsa, como já disse ao Sr. Deputado, hoje, olhando para trás, sobre o que estava em preparação para o fecho do BANIF, continuo a entender que a notícia era verdadeira, no essencial, sendo que salvaguardo, volto a dizer, para que não fiquem dúvidas sobre a minha avaliação do que é que foi correto ou incorreto naquela notícia, a questão dos depósitos, que era uma informação objetivamente errada, que não deveria ter sido transmitida, mas que foi corrigida e ainda bem que foi corrigida.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Se entende que a notícia não era falsa, qual o seu comentário sobre o pedido de desculpas da TVI?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como lhe digo, eu não estou aqui para comentar a TVI, nem a direção da TVI, nem o que a direção da TVI fez e o que entendeu fazer face às circunstâncias que eu não conheço; estou aqui para explicar a minha participação.

Mas, sem querer fugir à sua pergunta, não creio que a direção da TVI tenha feito um pedido de desculpas. Tenho bem presente o teor do comunicado que é, digamos, no sentido de sublinhar a evolução, nomeadamente na questão de escrever a palavra «fecho» – uma simplificação da palavra «resolução» – e, admitindo que isso poderá ter gerado ou suscitado dúvidas e inquietações, pedia, digamos assim, desculpa nesse contexto e não pela falsidade da notícia, ou pela alegada falsidade da notícia.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Sabemos que houve uma evolução clara da notícia até chegar a fundamentos concretos que acompanham aquilo que é a realidade atual, no entanto, mais de 50% da notícia, que, depois, evolui ao longo da noite, é totalmente falsa: é totalmente falso que estava tudo preparado para o fecho do Banco – não era isso que dizia a nota do Banco de Portugal para o Ministério das Finanças; é totalmente falso que parte do BANIF iria para a Caixa Geral de Depósitos; e é totalmente falso que haveria perdas para acionistas e depositantes... De resto, o pedido de desculpas da TVI acentua exatamente esta tónica ao pedir desculpa aos depositantes, a trabalhadores, a acionistas, em geral.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como lhe disse, eu... Os Srs. Deputados já tiveram aqui o Diretor de Informação da TVI a esclarecer isso e eu vou fazer aqui o papel de comentador em plena comissão de inquérito, o que não gostaria de fazer, mas, face ao seu comentário, tenho de dizer-lhe que discordo de si de forma muito frontal.

Acho que havia uma informação falsa, para utilizar a sua expressão, errada, que induziu em erro, que foi corrigida e que tem a ver com os depósitos, mas discordo frontalmente de si na questão do fecho e da resolução, sendo que, volto a dizer, vejo todos os dias no discurso político mediático falarem na falência do BES, no fecho do BES e em expressões semelhantes quando isso não aconteceu.

Sobre a informação da Caixa Geral de Depósitos, de facto, ela não é falsa, pode dizer que estava ultrapassada no tempo em cinco ou seis, ou até dez dias, mas não é falsa. Isso foi proposto! Dizer que uma coisa que foi proposta cinco ou dez dias antes é falsa, não me parece correto.

Mas, como lhe digo, estou aqui a assumir o papel de comentador não necessariamente de defesa da TVI, mas da minha opinião sobre as suas considerações, o que, se calhar, não é bem isso que pretende.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Sabia quem procedia à edição nessa noite?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não sabia. Soube na altura..., mas isso é irrelevante... A edição responde ao diretor e o diretor esteve aqui e assumiu responsabilidade pelo que foi dito publicamente. Ele conduziu a operação a partir de casa, porque não teve oportunidade de estar presente.

De facto, a hierarquia... Quando me perguntou se eu tinha competências para alterar ou não alterar, não tenho, não tive, não fiz, mas quem tem competências para isso e é quem manda e quem decide é o diretor.

Portanto, diria que a equipa que estava na edição daquela noite é o menos – e que os meus colegas não me levem a mal – relevante para a responsabilidade do que é a publicação da notícia e a decisão de dar a notícia em rodapé e depois na 25.^a Hora.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Uma das críticas da ERC é exatamente essa, ou seja, o facto de não haver uma assinatura reconhecida de um jornalista da TVI.

O Sr. Diretor de Informação recusou-se a dizer quem era o jornalista que assinava e o Sr. Jornalista António Costa comentador da TVI também, pelos vistos, sabe que há uma direção de edição, mas não refere...

Era Paula Costa Simões que estava na direção da edição nessa noite?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não. Não a vi nessa noite na TVI. Confesso. Quando eu falo em editores... Os rodapés, normalmente, não são assinados... Eu creio que nem o Sr. Deputado nem nenhum dos Srs. Deputados viu, alguma vez, um rodapé assinado...

Portanto, quando me passaram a informação passaram-me esta informação, como eu disse da forma mais transparente que posso dizer, ou seja, que havia uma informação de que estava tudo em reparação para a resolução, se quiser, para o fecho depois resolução, do BANIF.

Eu também tenho de discordar de si... As cartas que sabemos hoje e que eu sei hoje – não tive conhecimento prévio delas, quero deixar isso claro –, ao contrário do que o Sr. Deputado diz, de facto, indicam que estava mesmo tudo em preparação para o fecho, para a resolução do BANIF, no caso de não haver uma venda naqueles dias posteriores e já com um calendário muito próprio.

Aliás, a própria carta do Banco de Portugal e a declaração que o Sr. Ministro Mário Centeno que disse que chegámos a um ponto – e disse-o aqui nesta Comissão antes dessa notícia – em que já havia a resolução ou a liquidação como soluções, levam-me a dizer que também a sua interpretação de que não estava nada em preparação é... Eu diria que ainda bem que estavam em preparação e em estudo os planos *b* para que isso fosse feito, porque se não estivessem é que me parecia bastante preocupante.

Mas, dito isto, voltando à questão e, também, para não fugir à sua questão sobre os editores... Como lhe digo, não sei quem é a fonte nem quem foram os jornalistas que estiveram presentes, o meu contacto é com os editores que são quem gere a antena de uma televisão quando estão em serviço como editores, que não são necessariamente – e normalmente até nem são – os que fazem ou escrevem as notícias, ou os jornalistas que estão por detrás das notícias.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Bom, não estava, de todo, em causa o fecho, sendo que o que estava em marcha era uma venda e se a venda não tivesse sucesso haveria de ocorrer uma resolução.

Portanto, o fecho é totalmente falso, pelo que continuamos a discordar. Repito, o fecho é totalmente falso.

Voltando, ainda, à questão dos editores, quando refiro haver nos rodapés uma assinatura reconhecida, no rodapé naturalmente não, mas no rodapé normalmente aparece uma fonte, ou seja, quem foi a entidade que o referiu, até para dar credibilidade ao rodapé. Mas no *site* deveria haver uma assinatura reconhecida e, pelos vistos, não há.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não lhe consigo responder. Não vi sequer a notícia do *site*. Como lhe disse, não acompanhei.

Quando me foi pedido para comentar a informação a que tive acesso foi a que estava no rodapé, isso, de facto, vai ter de perguntar, se quiser, novamente ao diretor da TVI, porque, de facto, eu não sou a melhor pessoa para lhe responder a isso.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Vamos, então, talvez ao comentário, dado que o jornalista António Costa não participou em nada do que foi a notícia que, entretanto, acabou por ser falsa e arrasada pela própria ERC, do ponto de vista dos vários procedimentos que deveriam de ter sido tomados e não foram.

No comentário o jornalista António Costa refere que o Banco poderia ser vendido por um valor na ordem dos 70 milhões e, depois, acrescenta mais um aumento de capital e um conjunto de coisas...

Quem lhe deu essa nota de que poderia ser esse o valor?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Vamos lá ver: os valores que eu referi eram cenários que já eram públicos, que era 10%, já havia essa referência, da injeção que tinha sido feita, do que ainda faltava pagar e do... Enfim, essas contas apontavam para um valor desta ordem de grandeza, no

comentário, como pode seguramente constatar, o que eu referi foram cenários. Isto é: ou há venda e a venda será feita por um valor claramente inferior e, seguramente, para lá do valor muito baixo e, há data, ainda não se sabia – por exemplo, eu não tinha conhecimento – das decisões posteriores do Banco de Portugal sobre correções de balanço, sobre imparidades, provisões e outras decisões que o Banco de Portugal tomou posteriormente que afetaram o balanço e as contas do BANIF – como, de resto até foi aqui sublinhado pelo próprio presidente do BANIF, à data, Jorge Tomé –, ou teremos a própria resolução.

O que eu tentei contextualizar foi isso mesmo: ou há uma venda num prazo muito curto e todos os indicadores apontavam para ser difícil a venda, ou terá de haver uma resolução em condições a decidir sobre o que, na altura, eu também não me alonguei, porque não tinha dados para me alongar sobre os termos da resolução que poderia ser feita.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — O jornalista António Costa refere que os seus comentários servem para acrescentar valor àquilo que era a notícia.

Reconheço que, perante o *tsunami* que a notícia da TVI estava a provocar nessa noite, o jornalista António Costa no seu comentário acrescentou valor, porque amenizou, de alguma forma, aquele que era o impacto da notícia que estava em causa.

No entanto, com este comentário não deixou de prejudicar aquilo que era um processo de venda livre que estava a decorrer e para o qual havia um conjunto de investidores que estavam interessados em comprar o Banco. Nessa circunstância, tenho todas as dúvidas que o acrescentar valor desse mesmo comentário seja real.

Queria agora que, para terminar, fazer um conjunto de comentários ao que eu acho, e que nós entendemos, que poderá ter ocorrido, e perguntar-lhe a quem serviu tudo isto.

É que assistimos durante cerca de uma hora à destruição de um Banco. Um Banco que apresentava alguma sustentabilidade, que tinha problemas como todos os outros, mais problemas do que alguns dos outros, no entanto tinha sustentabilidade suficiente para, eventualmente, ser vendido, para, eventualmente, ser incorporado, fundido com um outro banco. O Banco tinha valor. Acontece que a TVI durante uma hora resolve destruir um Banco que, de alguma forma, tinha significado no mercado.

Pergunto: a quem serviu isto? Quem é que, entretanto, vem tentar salvaguardar esta situação, criando notícias ou, pelo menos, alterando a notícia inicial e promovendo que a linha de evolução do Banco fosse no sentido do que era o que estava preconizado pelo Banco de Portugal e que era o entendimento do Governo nesta matéria.

Em jeito de conclusão final, diria que estamos perante uma situação que à última da hora, à 25.^a hora mesmo, alguém resolveu destruir o valor do Banco para poder comprá-lo bastante mais barato.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Creio que não tenho grandes comentários a fazer a não ser que um banco não se destrói de facto com... E estou aqui no papel de comentador e o que vou dizer a seguir, se me permitem, acaba por cair nessa avaliação... Os bancos normalmente caem por má avaliação de risco, não caem por causa de um rodapé.

As sucessivas audições que aqui tivemos e que tive a oportunidade de ver, diria, que quase todas, ou, pelo menos, as mais relevantes, mostram que até 2012 o Banco estava cheio de problemas, que em 2011, 2012, depois de uma injeção de capital, que mereceu as maiores dúvidas da Comissão Europeia e, até, resistência, mas que, há data, o Governo anterior entendeu que deveria fazê-lo, foi sucessivamente sendo merecedor de observações de que o Banco, ao contrário do que o Sr. Deputado diz, não tinha viabilidade.

Portanto, para concluir, se há alguma coisa que destruiu o Banco seguramente que não foi o rodapé da TVI. Isto sem menosprezar o impacto que as notícias têm, que têm, obviamente, mas, se me permitem, a incapacidade, como acionista, de gerir um banco, se calhar, contribuiu muito mais – na minha avaliação – para o desenlace e o desfecho que o BANIF teve.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Lara Martinho.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Desejo cumprimentar o Sr. Jornalista António Costa e agradecer os contributos que poderá dar a esta Comissão que permitam apurarmos em que condições foi emitida esta notícia, notícia que consideramos ser falsa e pouco responsável e que, apesar de considerarmos que não foi a única causa para o declínio do BANIF, teve, sem dúvida, um impacto e um contributo para o desfecho que conhecemos.

Já nos mencionou que não teve conhecimento da carta de 12 de dezembro, que foi referida como um dos elementos e uma das fontes de informação.

No entanto, no dia 11 de dezembro tinha sido noticiado que o BANIF estava num processo formal de venda da participação do Estado e, portanto, tendo em conta que o *ticker* mencionava que o Banco ia fechar, pergunto-lhe se não questionou a direção sobre que informações dispunham para se basearem no facto de que a venda voluntária não iria ocorrer, não teria sucesso e que, portanto, o BANIF iria fechar.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Obrigado, Sr.^a Deputada, mas, de facto, tenho de a corrigir, porque a notícia não referia que o Banco ia fechar; referia

que estava tudo em preparação para o fecho do BANIF. Não é que ia fechar; não é que ia fechar amanhã... Percebo, e não quero ser também injusto e aceitar a simplificação da TVI de fecho para resolução e não aceitar essas observações como simplificação do que foi noticiado, mas isso, se me permite, de facto, é uma simplificação do que foi noticiado naquele rodapé.

Tenho a maior confiança, como disse aqui, no Sérgio Figueiredo, trabalhamos há mais de 20 anos juntos e conhecemo-nos há muito tempo, e a partir do momento em que a TVI decide publicar aquele rodapé eu tenho a maior confiança de que o trabalho, que tinha de ser feito, foi feito e, foi nessa medida que, obviamente, me preparei para o comentário. Não fui questionar, não era esse o meu papel, questionar se era verdadeiro ou se era falso...

Como lhe disse, hoje, há data, com o que leio, salvaguardada a questão dos depósitos, discordo do que a Sr.^a Deputada disse. Acho que a notícia é verdadeira! O Banco foi fechado, foi resolvido... Sobre se poderia ter havido um banco de transição ou não, esse é um contrafactual que nós não teremos. Face à informação que havia, a minha convicção, com ou sem notícia, é de que o Banco seria sempre resolvido. Face às notícias que havia, há data, e ao que se soube nos dias seguintes sobre a posição o Banco de Portugal, o Banco teria sempre sido resolvido; podia ter sido resolvido de uma maneira ou de outra e eu não tenho contrafactual, não tenho condições, com honestidade intelectual, para lhe dizer se poderia ter sido com um banco de transição, como o BES, ou se poderia ter sido com venda, como foi...

Portanto, o que me preparei para fazer foi um comentário que permitisse contextualizar o que é que podia ser a decisão de resolução se não houvesse venda num prazo tão curto, como já era conhecido, que era até ao final da semana.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Mas o *ticker* ao mencionar que a TVI apurou que estava tudo preparado para o fecho do Banco, leva a que os

ouvintes tenham a percepção de que o Banco vai fechar, que a venda voluntária não vai ter sucesso e que esse será o próximo passo.

O Dr. Jorge Tomé, daquilo que temos conhecimento, foi o único interessado que foi contactado posteriormente à divulgação da notícia e recusou a veracidade da mesma. No entanto, a TVI continuou a transmitir a notícia de que estava iminente ou que estava tudo preparado para o fecho do Banco.

Pergunto: por que é que continuou esta notícia, mesmo apesar do Dr. Jorge Tomé ter mencionado que era falsa?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Bem, essa pergunta tem de ser feita ao diretor de informação, não a mim.

Eu não contactei, e quero deixar isso claro mais uma vez, o Dr. Jorge Tomé para confirmar ou desmentir a informação; eu não fiz o trabalho de *fact checking*, porque não era suposto. Esse trabalho foi da equipa da TVI, da direção da TVI, dos jornalistas da TVI. Eu contactei o Dr. Jorge Tomé para perceber em que contexto é que o Banco poderia funcionar e face à iminência de uma resolução.

De facto, volto a dizer que, face à informação que temos hoje disponível, até mais do que na altura, à data da notícia, era, de facto, o que estava em preparação.

Portanto, o Dr. Jorge Tomé não desmentiu nem tinha de desmentir nem de confirmar... O objetivo da minha conversa com o Dr. Jorge Tomé não era esse; não era pedir-lhe um comentário, ou para confirmar, ou para desmentir, ou para... Não foi esse o sentido do meu contacto e, portanto, digamos que, o contacto com o Dr. Jorge Tomé foi para me ajudar a fazer um comentário, que fiz. O contacto jornalístico, editorial da TVI na preparação, elaboração e evolução da notícia, tem outras regras, obedeceu a outros contactos e eu não posso responder por isso.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — O Dr. Sérgio Figueiredo admitiu que a notícia que anunciava perdas para os acionistas e depositantes acima dos 100 000 euros resultou de uma interpretação errada da lei.

Tendo em conta que estava presente no estúdio, e sendo comentador económico da TVI, podemos presumir que esta interpretação foi feita por si? Ou foi a sua interpretação do *ticker* que foi sendo noticiado que permitiu a sua correção?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não pode presumir isso.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Existiram sete versões do *ticker*. Considera que cada uma delas foram correções?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como tive oportunidade de dizer, acho que fez bem em corrigir uma matéria, de facto, errada, que induzia em erro e que face à situação – e não quero desvalorizar a importância de se dizer, porque sei bem o valor que isso tem, que depositantes acima de 100 000 euros perdem os seus depósitos – foi corrigida e bem.

Como disse no início da minha intervenção, quando li no rodapé que o Banco ia fechar, o que entendi foi que ia haver uma resolução. Também percebo que, para efeitos televisivos – e a linguagem televisiva é, necessariamente, diferente da linguagem num jornal económico –, às vezes, exige-se uma simplificação para que as pessoas percebam o que está em causa, mas, da minha avaliação, também me parece que foi correta a decisão de evoluir da palavra «fecho» para a palavra «resolução». Acho que fizeram bem e foi também nesse sentido que fiz o meu comentário, sendo que, naquele contexto, fecho significava resolução se não houvesse a venda do BANIF naqueles dias.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Sobre as sete correções que ocorreram entre as 22 horas e 18 minutos e as 23 horas e 6 minutos, tem informação sobre se elas decorreram de contactos que foram estabelecidos posteriormente, ou seja, de novas fontes e de novos dados que foram acrescentando à informação que a Redação tinha? Ou foram novas interpretações efetuadas pelos jornalistas da TVI? Ou foram as mesmas fontes, isto é as iniciais, que foram informando a Redação de que a interpretação e de que a notícia, da forma como estava a ser divulgada, estava incorreta e que deveria ser retificada para não induzir em erro os espectadores?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não tenho conhecimento.

Como eu disse, tive a oportunidade de partilhar com os editores a natureza do meu comentário e não tenho conhecimento de quais os contactos e as pessoas envolvidas. Sei o que foi dito e o que me foi dito, já posteriormente, pelo Sérgio Figueiredo, e que foi dito aqui nesta Comissão, é que foram várias pessoas envolvidas e, portanto, seguramente, será resultado também disso, mas não tenho conhecimento nem informação que me permita concluir quem, quando e como é que isso foi feito e em que circunstâncias.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Já mencionou, diversas vezes, que considera que foram importantes estas correções dos *tickers* ao longo daquele tempo.

Por que é que em nenhum momento colocaram a informação ou as palavras «correção», «alteração» nos *tickers*, como tantas vezes fazem quando há uma atualização da informação?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Sr.^a Deputada, não lhe posso responder, porque eu não respondo pela TVI. Não sei porque é que não colocaram. Enfim, houve uma correção efetiva de uma informação errada, que foi a dos depósitos. Noutra, houve evoluções da notícia... Mas não lhe consigo responder a isso.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Perceba que nós estivemos na audição com o Dr. Sérgio Figueiredo e aquilo que ele nos transmitiu foi que solicitou o apoio do Dr. António Costa para essa noite e que esse processo de apuramento da informação permitiu que à meia-noite, ao abrir a 25.^a Hora, a informação estivesse consolidada e voltaram a noticiá-la.

Portanto, acho que é importante perceber como foi feita essa consolidação de informação e como é que foram garantindo que a notícia era correta, bem como as atualizações efetuadas ao longo desse período.

Vou colocar-lhe uma questão relativamente à ERC e ao facto de, na passada sexta-feira, os meios de comunicação divulgarem um projeto de decisão em que a ERC condena a TVI no âmbito da notícia sobre o fecho do BANIF e em que, alegadamente, refere, em observância do dever de auscultação prévia das partes, a inexistência de segurança quanto à fiabilidade dos elementos e a falta de cuidado na linguagem que permita ao espectador médio apreender o essencial da informação transmitida.

Se esta decisão se tornar definitiva, fica expresso que a conduta da TVI não foi diligente. Concorda com esta decisão?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Peço desculpa, mas não li o processo de decisão, portanto não consigo ter uma opinião, digamos, sustentada sobre isso. Também não sou comentador de *media*, digamos assim, mas creio que é importante e creio que esse projeto de decisão ainda não tem o contraditório da direção da TVI.

Como eu lhe disse, olhando para trás, acho que, na essência, sobre o fecho ou, se quiser, sobre a resolução do BANIF, a notícia está correta, há uma matéria de facto errada que tem a ver com os depósitos e sobre os procedimentos, a TVI vai ter de responder por eles, com certeza, e responderá.

Portanto, quando houver essa resposta é que eu acho que será legítimo, sobretudo da parte de uma entidade reguladora que, por maioria de razão, antes de se pronunciar deve ter, obviamente, o contraditório para poder chegar a uma conclusão, e é que eu poderei tirar as minhas ilações sobre a natureza da avaliação da ERC sobre o processo de decisão e o processo de publicação da notícia.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — O Dr. Sérgio Figueiredo referiu na audição o seguinte: «Tivemos a noção de que naquela noite a TVI ia entrar na história do BANIF.»

Pergunto-lhe: considera que este desejo de entrar na história do BANIF foi mais forte do que corroborar a veracidade da notícia com as partes interessadas?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não considero. Não me cabe a mim fazer a defesa da TVI, mas considero que a preocupação da Direção da TVI foi informar sobre o que estava em causa num banco importante para o sistema.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Ainda gostaria de fazer mais duas perguntas relativamente às semanas anteriores.

Mencionou que falou com várias pessoas, nomeadamente com a supervisão, nas semanas anteriores. Com quem é que falou?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não é muito relevante. Falei com várias pessoas, quer da área política, quer da supervisão, quer das finanças, porque faz parte da natureza dos meus contactos e da minha preparação profissional para acompanhar os temas que comento estar tão preparado quanto possível para a informação que vai saindo e para o contexto dessa informação.

Mas faço isso para estas áreas como faço para todas em que é suposto fazer comentários, ou em que antecipo que poderei vir a ser chamado para fazer comentários.

A Sr.^a **Lara Martinho** (PS): — Uma última pergunta: nas semanas anteriores falou com Bruno Proença sobre esta questão do BANIF?

O Sr. **António Costa**: — Não creio ter falado... Como lhe disse, percebo o ponto da sua observação. O Bruno Proença, para além de um excelente profissional, é meu amigo pessoal, falei com ele muitas vezes, mas não seguramente para lhe perguntar se o BANIF ia ser resolvido ou não. Não tenho o hábito de misturar amizade com questões profissionais e, portanto, também não creio que seja também relevante essa relação de amizade para o que está aqui em causa.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. António Costa.

Vou, necessariamente, repetir algumas perguntas, e, portanto, a primeira que repito é a seguinte: participou na elaboração da notícia que a TVI deu em rodapé às 22 horas e 18 minutos do dia 13?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não participei na elaboração da notícia. Se quiser, para ser mais explícito, não fui fonte, nem autor, nem coordenador da notícia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não deu nenhuma informação a nenhum colaborador ou à diretoria de informação da TVI sobre o assunto BANIF?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Antes de a notícia sair, não. Partilhei, como já tive oportunidade de dizer, depois de falar com o Jorge Tomé, o que ia ser o meu comentário sobre a notícia que estava em causa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já agora, poderá dizer-me a hora exata em que fez o telefonema ao Dr. Jorge Tomé? Se calhar, já o disse e eu...

O Sr. Dr. **António Costa**: — Quer dizer, não olhei para o relógio, mas terá sido pelas 22 horas e 30 minutos... Portanto, já foi depois do rodapé estar a passar e, portanto, não tenho ideia se foi às 22 horas e 40 minutos, ou se foi às 22 horas e 35 minutos, ou se foi... Estive alguns minutos à conversa com o Dr. Jorge Tomé, disse-lhe o que estava a preparar para o comentário, mas não consigo precisar a hora exata. Sei que já foi depois do rodapé estar a passar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No momento em que sai a notícia e é chamado para comentar, não tinha informações adicionais às que saem no rodapé?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não! Não tinha informações adicionais sobre essa notícia, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a TVI que o informou que o Banco ia fechar, que ia ser integrado na Caixa Geral de Depósitos e que os depositantes iriam perder tudo acima de 100 000 euros?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Foi a TVI que me informou que estava tudo em preparação para que isso pudesse acontecer, sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A informação que nós temos, que foi dada pelo Dr. Sérgio Figueiredo, de que o Dr. António Costa teria sido chamado para reforçar a equipa é... Não lhe vou dizer que é falsa, porque pode haver uma outra interpretação, mas a versão de que ia reforçar uma equipa de jornalistas não é correta?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como tive a oportunidade de dizer no início, eu diria que um comentário que seja para um trabalho num jornal, em que se pede uma análise a uma notícia, faz parte de um trabalho de equipa. Eu sou comentador residente e, portanto, tenho uma participação, se quiser, ativa no comentário da TVI.

Creio que foi nesse sentido, se me permite a correção – nem sei, sequer, se é mesmo uma correção – que integrei a equipa para contextualizar a notícia na 25.^a Hora. Foi o que fiz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando ligou a Jorge Tomé para falar sobre a notícia, e se foi às 22 horas e 30 minutos – e até às 23 horas passava um rodapé a dizer que estava tudo preparado para a resolução e que

estava em estudo recorrer à Caixa Geral de Depósitos —, presumo que ele lhe terá dito que as notícias que estavam em rodapé eram falsas. Ou não?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como também já tive oportunidade de dizer, não telefonei ao Dr. Jorge Tomé para confirmar notícias, não lhe pedi para dizer se eram falsas ou verdadeiras; pedi-lhe para contextualizar o processo e foi isso que ele fez, ou seja, contextualizou a necessidade urgente de vender o Banco até ao final daquela semana sob pena de ter de haver uma resolução.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não lhe terá dito, nessa altura, que, pelo menos, a parte da Caixa Geral de Depósitos não estava ser equacionada? Terá equacionado que havia ainda a possibilidade de uma venda, porque esse processo estava em curso?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Confirmou-me que estava um processo em curso e que tinha alguma expectativa. Enfim, não quero qualificar o nível de expectativa do Presidente do BANIF à data sobre essa possibilidade de venda, mas o tema da Caixa Geral de Depósitos não o discuti com o Dr. Jorge Tomé, porque, para mim, naquele comentário, jogava-se entre o banco ser vendido ou ser resolvido, se quiser, entre fechar e ser resolvido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não é verdade que Jorge Tomé tenha desmentido categoricamente a notícia que estava a ser dada em rodapé pela TVI?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu não quero estar aqui a desmentir o Dr. Jorge Tomé, porque não é esse o meu papel.

Como lhe disse, pedi que contextualizasse a possibilidade de resolução ou de venda e o Dr. Jorge Tomé disse-me o que entendia sobre a probabilidade de venda e sobre a resolução. Alguma daquela informação acabou por passar para o meu comentário, porque eu não lhe telefonei como fonte para saber se aquilo era verdadeiro ou falso, sendo ele uma pessoa conhecedora...

Creio até que à data – e, se me permitem, esse é um dos aspetos que me parece importante sublinhar – a resolução não depende do Dr. Jorge Tomé. Aliás, ficou bem claro na sua intervenção que muitas das decisões que foram sendo tomadas passaram ao lado do Dr. Jorge Tomé, porque foram tomadas por outras entidades que tinham competências para isso, nomeadamente o Fundo de Resolução, o Banco de Portugal, o Governo...

Portanto, até para confirmar a notícia provavelmente não seria o Dr. Jorge Tomé a pessoa mais indicada, mas não foi para isso que lhe liguei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E não ligou a mais ninguém?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Não, não liguei a mais ninguém.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, como é que sabia que a venda voluntária ia falhar?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu não lhe disse que a venda voluntária ia falhar; a minha convicção, face à informação disponível, era de que a venda voluntária seria muito difícil e o Dr. Jorge Tomé fez o comentário que entendeu fazer sobre as probabilidades, a dificuldade e a necessidade de vender o Banco sob pena de ter de haver uma resolução.

Não tenho a certeza que fosse falhar, não tenho a certeza do contrário, nós não podemos fazer o contrafactual do que poderia acontecer, portanto

podemos estar aqui a especular sobre o que poderia ter acontecido se o curso da história não fosse aquele e fosse outro... Eu, pelos dados que tenho e hoje com a informação que os Srs. Deputados têm aqui na Comissão, creio que é possível dizer que, provavelmente, a Comissão Europeia não estaria muito disponível para outra coisa que não uma resolução e uma resolução nesses termos e não um banco de transição, mas esta é minha convicção face à informação disponível e não tem a ver com... Enfim, ninguém me disse isto de forma... Nem eu procurei saber... De forma noticiosa, se quiser usar a expressão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas se sabia que havia um processo de venda voluntária em curso e se não tinha a certeza de que ele ia falhar, a notícia de que o Banco ia ser resolvido, que os depósitos iam ser perdidos, que os acionistas iam ter perdas e que a parte boa ia para a Caixa Geral de Depósitos era, ela própria, pura especulação?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Como lhe digo o meu papel não é estar aqui a explicar o procedimento da TVI no processo de formação da notícia, mas volto a recordar à Sr.^a Deputada que, face ao que já é conhecido, nomeadamente a dita carta do Banco de Portugal, face às declarações que foram feitas, face à troca de cartas da Comissão Europeia para a anterior Ministra das Finanças e face a um pormenor, que bem sei e volto a dizer usam isso por simplificação, mas, como estamos a falar tanto de precisão de informação, acho que é importante precisar, que é o que foi escrito naquele rodapé é que estava em preparação o fecho do BANIF e, depois, isso foi corrigido ou evoluiu para resolução, a carta do dia 12 do Banco de Portugal, de alguma maneira, confirma isso mesmo: não era especulação.

O Diretor de Informação da TVI disse aqui que essa foi uma das fontes factuais e eu, lendo aquela carta, jornalística e editorialmente, acho que há

uma ilação legítima para tirar que é a de que se isto não for vendido voluntariamente tem de ir para a resolução. É o que se lê da carta. Depois, podemos, obviamente, fazer uma análise detalhada linha a linha e dos cuidados do Banco de Portugal e do Fundo Resolução têm de ter no tratamento desta matéria, mas, jornalisticamente falando, aquela carta o que diz é: meus senhores, isto está muito difícil, vocês estão com um prazo muito apertado e a questão da resolução está aí à porta – e isto é o que retiro da carta.

Portanto, quando o Diretor de Informação da TVI aqui diz que entre as várias fontes uma delas foi a dita carta, acho que é legítimo tirar essa conclusão e isso não é uma especulação é uma conclusão tirada de uma carta escrita por uma entidade oficial.

Mas, volto a dizer, não li essa carta antes, não tive acesso a ela e apenas comentei sobre a informação pública que estava disponível à data para toda a gente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi com base nessa carta que a notícia foi feita?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Sei o que foi dito pelo Diretor de Informação. Não tenho mais informação do que aquela que os senhores têm, ou seja, que foram várias as fontes, que também essa fonte documental, digamos assim, mas não acompanhei, não sei o que é que foi feito antes, portanto não lhe posso responder sobre isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, eu diria que é um bocadinho...

Bom, não há, pelo menos, factos que nos permitam afirmar que essa carta possa servir como argumento pelo simples motivo que nós nem

sabíamos sequer se a TVI tinha essa carta... Portanto, posso pegar em qualquer prova que tenha aparecido depois para dizer que a notícia que eu escrevi na altura estava certa, sendo que não é suposto, parece-me, um jornalista dar uma notícia tendo dúvidas, esperando, depois, que a realidade confirme uma notícia que deu; é suposto a notícia relatar a realidade. Acho que isto é mais ou menos evidente! E não tem necessariamente de comentar; acho que comentário é mais meu, mas se entender fazê-lo...

O Sr. Dr. **António Costa**: — Vou fugir ao comentário, porque é mesmo de comentário que se trata.

Se o Sérgio Figueiredo diz que tem a carta e que a carta foi a base da informação...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É que ele não diz que tem a carta...

O Sr. Dr. **António Costa**: — ... e que serviu de fonte de informação, como foi o que foi dito aqui,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não! Disse isso e o seu contrário, tudo na mesma audição.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu não tenho motivos para duvidar e, portanto, a sua especulação é tão boa como outra qualquer, que é a de que só teve a carta depois...

Enfim, esteve aqui o Diretor de Informação e é ele que, seguramente, tem de responder a isso não sou eu. Mas o que a Sr.^a Deputada está a fazer é uma presunção, digamos assim, ou uma especulação sobre se teve antes ou se teve depois...

O que eu posso dizer é que eu fui convidado a comentar e a informação que me deram era a que era pública e foi por isso que eu, obviamente, entendi fazer o contacto que fiz e não fiz mais, devo dizer-lhe, dada a hora, porque mais não é de menos para dar informação acrescentada à notícia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho apenas mais uma pergunta.

Nos restantes projetos editoriais extraordinários, digamos assim, em que participa, para além de definir conteúdos programáticos ou de convidar pessoas, que parece-me que foi esse o papel que teve, tem algum papel nas relações comerciais desses projetos, ou seja, encontrar patrocínios, parceiros, esse tipo de coisas?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Desenho produtos editoriais, alinhamentos editoriais... Temas de debate, neste caso em conferências, mas pode ser até em conteúdos em antena, é a área comercial que, aliás, interage com a Direção de Informação da TVI, com o Sérgio Figueiredo.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Concluída que está a primeira ronda, seguir-se a segunda ronda, na qual os Srs. Deputados poderão utilizar até três minutos de pergunta corrida.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pretendo colocar duas questões que surgiram, entretanto, nas respostas que foram sendo dadas.

Vamos ter uma ronda final de audições em que vamos ouvir algumas pessoas que já nos falaram sobre factos que, entretanto, foram abordados por

vários intervenientes, como é o caso do Dr. Jorge Tomé, e, portanto, eu queria perguntar se, no contexto – e, obviamente, não vou perguntar sobre uma conversa privada – da conversa que teve com o Dr. Jorge Tomé naquela noite, falaram sobre uma hipótese de cenário de resolução.

É que tudo aquilo que nos foi dito pelo Dr. Jorge Tomé levaria a crer que o cenário de resolução não era equacionado pelo conselho de administração do BANIF àquela data.

Portanto, para eu poder perguntar essa matéria ao Dr. Jorge Tomé quando ele cá voltar, gostava de saber se essa questão foi ou não abordada, ou se falaram apenas da situação do Banco e do cenário de venda livre em mercado.

A segunda questão tem a ver com a carta. Estando a carta na posse ou não da TVI, o facto de a carta poder ser do conhecimento da redação da TVI, aparecendo posteriormente ou não, e eu não vou especular, não tem só vantagens para a TVI.

Por isso, pergunto-lhe sobre o ponto 10 da carta do Banco de Portugal para o Ministro das Finanças que alerta para que há fortes evidências – e esta palavra é uma tradução livre – de que qualquer evento extraordinário precipitará a resolução e porá em causa a possibilidade da venda livre do banco.

Ora, a Redação tinha a carta sabia do risco da notícia, o que obviamente reforça, pergunto eu, a necessidade de, do ponto de vista deontológico, serem observadas não só estritamente mas com especial cuidado todas as implicações que uma notícia destas podia ter.

Portanto, admitindo e não especulando que a Redação da TVI tinha esta carta, entre aquilo que era informação e que resultava da carta, que, desde logo, não tem nada sobre depositantes acima dos 100 000 euros e não tem nada sobre a intervenção da Caixa Geral de Depósitos, portanto não podia sequer ser fonte única da notícia, quanto muito podia ser fonte parcial

da notícia, pergunto se naquilo que podia ser fonte parcial não era também requisito de exigência quanto à responsabilidade que tem quem divulga uma notícia daquelas, quando é o próprio Banco de Portugal que diz que um qualquer evento – e esta notícia não pode não ser vista como um evento neste enquadramento – poderia pôr em causa a não resolução do Banco pela via privada, e, neste caso, uso a expressão resolução não do ponto de vista formal, mas a não conclusão do processo pela via privada, e a necessidade de o processo vir a ser concluído pela via pública com uma intervenção substancial dos contribuintes.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Posso, se calhar, começar pela segunda pergunta, dizendo que, de facto, eu não sabia da existência da carta quando ela foi noticiada, e confio na seriedade no sentido de responsabilidade de quem leu a carta, nomeadamente a direção da TVI, em avaliar todas as dimensões de dar a notícia, mesmo tendo em conta esse ponto 10 e o alerta para eventos...

Não posso fazer mais do que este comentário no dever/haver, digamos assim. Entre informar e não informar a direção da TVI entendeu informar...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só com um cuidado: não é o informar e o não informar. Não foi isso que eu perguntei; o que perguntei foi no especial cuidado, do ponto de vista deontológico, na confirmação das informações. Não era informar ou não informar; isso não está minimamente em causa e isso é total liberdade editorial. O que está aqui em causa é o cumprimento das regras deontológicas com especial cuidado, havendo o conhecimento dos riscos que estavam em causa.

O Sr. Dr. **António Costa**: — É evidente que a existência e a posse de uma carta não desobriga a TVI nem nenhum jornalista de fazer o seu trabalho

de confronto da notícia com as partes interessadas. Na minha opinião não desobriga... Aliás, o diretor da TVI teve oportunidade de aqui esclarecer o que entendeu sobre essa matéria e eu mais não posso dizer, mas considero na minha avaliação jornalística que ter a carta apenas não desobriga desse confronto, ou desse contacto, ou desses contactos.

Sobre a primeira questão eu falei com o Dr. Jorge Tomé no contexto da venda e da resolução. Falámos. Não quero, até porque não contactei o Dr. Jorge Tomé como fonte, mas também não quero cometer a deselegância e, aliás, eu não teria tido que tinha falado com ele se o próprio não tivesse aqui dito, porque eu no meu comentário não o citei, não fiz nenhuma referência ao contacto que tive com ele, nem o contactei em nome da TVI para obter uma reação à notícia; falei com ele dos vários contextos e, de facto, o Dr. Jorge Tomé confirmou-me que havia um processo de venda que estava em curso e que a resolução se colocaria se a venda não fosse conseguida.

Acho que não devo ir mais longe do que isto.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

O Sr. **Carlos Silva** (PSD): — Ainda relativamente à questão, não diria das fontes, na medida em que as fontes são o santuário dos jornalistas, mas das partes envolvidas, do que conhecemos hoje e na sequência da inquirição que aqui foi feita ao Dr. Sérgio Figueiredo e das conclusões da ERC, não houve consulta das partes, sendo que a única parte aqui envolvida acaba por ser, por iniciativa do Sr. António Costa, como, aliás, disse, no sentido de melhorar o seu comentário, o Dr. Jorge Tomé a quem telefonou colocando algumas questões relativamente ao tema que estava em cima da mesa.

Parece-me muito estranho que o Dr. Jorge Tomé não tenha, nessa altura, negado as notícias que estavam em cima da mesa e parece-me também

muito estranho que o jornalista António Costa não se tenha dirigido à Redação dizendo: «Pessoal, vamos lá ver é que há aqui uma notícia que não corresponde de todo à verdade e que tem de ser corrigida». Acho tudo isto muito estranho! Para mais com o carácter que a notícia tinha nessa noite e que era catastrófica para o Banco.

De resto, poderei mesmo dizer, pegando na carta, que, ao que li, indicava e tinha como único caminho a venda do Banco, depois, se a venda do Banco não se procedesse, naturalmente, poderia haver uma resolução.

Nesta circunstância é a notícia da TVI que acaba por destruir a venda do Banco. É afirmado pelo Banco de Portugal na sua deliberação 11.^a que ocorria um desequilíbrio de liquidez na tesouraria do Banco, é afirmado pelo Banco de Portugal que a degradação notória muita acelerada nos últimos dias expressa numa saída substancial de depósitos colocou em risco o cumprimento das respetivas obrigações e a consequente continuação da prestação de serviços financeiros. Aliás, foi esta notícia que levou à perda da possibilidade de ser contraparte e que conduziu exatamente à decisão da resolução.

Portanto, acho inacreditável estar a tentar convencer-nos de que não foi esta notícia que levou ao fim do Banco, colocando-nos perante estes factos como se a TVI... Aliás, o Dr. Sérgio Figueiredo disse mesmo que a notícia da TVI, de alguma forma, salvaguardou o interesse dos depositantes, porque eles tiveram oportunidade de tirar de lá o dinheiro. Isto é inacreditável!

Para quem percebe alguma coisa de banca, e já agora se eu puder efetuasse um comentário a estas declarações, parece muito estranho. De resto, até tenho visto documentos escrito pela sua mão acerca da proteção dos depositantes, com a qual concordo.

Nessa circunstância, dizer que esta notícia salvaguarda os interesses dos depositantes parece-me de todo desprovido de realidade.

Depois, mais estranho considero, e vou terminar, Sr. Presidente, que continuemos aqui, de alguma forma, numa certa opacidade sobre quem, na Redação da TVI, geriu tudo isto.

É verdade, e volto a referir: não estamos a perguntar pelas fontes nem queremos saber, mas gostávamos de perceber quem foi o editor, quem foi o jornalista que falou antes, durante e depois, porque o Dr. Sérgio Figueiredo disse que a TVI esteve, de forma ativa, a falar com as partes interessadas, antes, durante e depois, para se chegar à conclusão, às 22 horas e 18 minutos, que o Banco ia fechar, que os contribuintes iam ser prejudicados, que os depositados acima de 100 000 euros iriam sofrer fortes penalizações.

Era este conjunto de comentários que gostaria de obter.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Tem a palavra o Sr. António Costa.

O Sr. Dr. **António Costa**: — Sr. Deputado, não vou fazer comentários a comentários e não estou a tentar convencê-lo de nada; estou a dar a minha avaliação sobre a minha participação, sobre o que ouvi, não tendo informação sobre a construção do processo antes, e sobre a exatidão e as incorreções ou os erros que a notícia tinha.

Portanto, não o quero convencer de nada! Estou apenas a transmitir a minha opinião, isto é, por lado, os factos sobre a minha participação, depois, a minha opinião sobre a sequência, digamos assim, dessa notícia, até chegar ao comentário na 25.^a Hora.

Volto a dizer, sobre os contactos que foram ou não feitos, muitos dos seus dos comentários, de facto, são feitos para o Diretor da TVI. Felizmente, eu não tenho... Não é não posso; é não tenho, nem sei nem tenho de saber quem é a fonte da notícia, ou quem foi o jornalista, ou... Volto a dizer que sou comentador, não estou hierarquicamente enquadrado com funções

editoriais na TVI e, portanto, não acompanho, nem tenho de acompanhar, nem tenho de saber.

E, também lhe digo que, a partir do momento em que o Diretor de Informação assume essa responsabilidade, parece-me evidente que é ele que tem de responder por isso. Aliás, seria sempre, à luz da lei, mas, mesmo à luz do procedimento, a partir do momento em que ele próprio assume que foi ele que mandou publicar a notícia e que foi ele que deu instruções para que o rodapé saísse o relevante é o diretor.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Dando corpo ao adágio de que não há duas sem três, inscreveu-se o Partido Socialista pela voz do Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias**: — Sr. Presidente, tenho duas ou três questões para colocar que são mais de apuramento de factos e não vou tecer considerações.

Agradeço, antes de mais, a participação do jornalista António Costa na nossa Comissão de Inquérito, em grande medida porque os portugueses que contribuíram com muitos milhões de euros para a resolução do Banco estão lá em casa a ver e nós temos obrigação de escrutinar e de perceber o que aconteceu.

A primeira pergunta que gostaria que respondesse é a seguinte: António Costa, comentador, naquele dia, não interferiu nem foi fonte que promovesse a correção dos *tickers*; apenas os comentou?

Segunda: a conversa que teve com o Dr. Jorge Tomé não foi útil para corrigir os *tickers*. Sim ou não? Se não, temos em parte o assunto resolvido; se sim, em que medida é que essa conversa foi útil para corrigir os *tickers*?

Terceira: o comentador António Costa faz comentários todos os domingos àquela hora? É normal, faz parte do horário do comentador

António Costa fazer sempre comentários na 25.^a Hora? Foi siso que aconteceu?

Quarta: todos lhe reconhecemos uma experiência longa não só como comentador mas também como diretor de um jornal económico durante muitos anos, pelo que conhece perfeitamente o impacto que pode ter a formação de uma notícia destas.

Não quero as fontes, mas que conjunto de informação sobre o BANIF é que, à data, tinha recolhido o jornalista António Costa, sem prejuízo de ela, e isso não está em causa, ter sido carreada ou não para a notícia?

Nós dividimos bem o processo, até porque a minha colega, Sr.^a Deputada Lara Martinho, fez-lhe uma pergunta objetiva sobre uma notícia do dia 11, se não me falha a memória, mas há um conjunto de notícias sobre o BANIF nos dias anteriores à notícia do BANIF. Que conjunto de informação é que tinha recolhido sobre o BANIF que lhe foi muito útil para comentar essa notícia?

Quinta: a questão dos depositantes acima dos 100 000 euros é uma interpretação da legislação. Um jornalista habilitado, como é o António Costa, sabe que aquela informação não é correta. Ou não tinha essa perceção naquela noite?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Se me permite, vou começar pelas perguntas mais objetivas e de resposta «sim» ou «não».

Não consigo dizer se a partilha de informação que fiz, se o comentário que ia fazer serviu ou não, ou se ajudou, ou se foi ou não utilizado para corrigir o rodapé; partilhei com os editores, até para preparar o comentário, o que é normal, o que ia dizer e, portanto, não lhe posso dizer em que medida, quanto, se foi muito, se foi pouco, ou nenhuma a utilização que foi carreada para os rodapés sobre a partilha do comentário que eu ia fazer. Não lhe posso responder a isso.

O horário do comentário varia, depende da atualidade... Por uma coincidência eu estava lá, mas até seria possível, poderia ter acontecido eu não estar lá e ser convidado a ir à meia-noite fazer o comentário... Não foi necessariamente o facto de eu estar lá que explica o comentário. Provavelmente, ter-me-iam ligado, admito, já aconteceu, como é evidente... Há notícias mais tarde.... Enfim, também depende da atualidade e da natureza da própria notícia, ou seja, se são comentários a notícias que acabam de ser publicados o pedido para comentar é imediato, é no momento, para o próximo horário de informação; ou se são comentários à atualidade do dia e isso é combinado com muitas horas de antecedência. Portanto, também depende disso; não tenho propriamente nem uma escala em que comento sempre à 25.^a Hora; acontece às vezes, outras vezes não acontece.

Sobre a informação, para mim, na altura, face não a uma informação, diria, a uma opinião mais qualitativa, a venda do BANIF seria muito, muito difícil.

Portanto, eu estava convicto e, por isso, não estranhei e, para além de acreditar na seriedade e no profissionalismo dos profissionais da TVI, juntei isso à informação que fui recolhendo sobre as dificuldades crescentes que o BANIF tinha para encontrar compradores, face às notícias – umas mais officiosas, outras menos, umas citando fonte, outras não citando fontes – de que a paciência e a disponibilidade da Comissão Europeia e das entidades europeias, da Direcção-Geral da Concorrência, para dar mais oportunidades para que se resolvesse de outra forma o BANIF eram muito limitadas.

Portanto, eu tinha a convicção formada de que seria sempre muito difícil, depois de três anos de tentativas infrutíferas de aprovar planos de reestruturação e planos de venda, tendo havido até, sabemos hoje, trocas de cartas entre a Ministra das Finanças da altura e a Comissão Europeia para substituir o Dr. Jorge Tomé e não houve condições, nunca se percebeu muito bem porquê, para não substituir o Dr. Jorge Tomé... Mas isso foi público.

Toda essa informação era não apenas das últimas semanas, mas nas últimas semanas passou a haver mais informação. Tenho presente, estava em estúdio quando foi feita uma entrevista ao então Secretário-Geral do PS, no estúdio da TV, em que o Dr. António Costa sublinhou que ia conhecendo factos e informações que lhe eram transmitidas à data sobre problemas graves que não eram conhecidos... E tenho isto presente, porque estava no estúdio e ia comentar com outros colegas a entrevista em que o Pedro Pinto, à data, perguntou ao Primeiro-Ministro, de forma muito clara, se era o BANIF, se era a questão da TAP, se...?

Portanto, fui formando a minha opinião de que, de facto, a situação do BANIF era não vou dizer explosiva mas em que haveria uma solução que dificilmente escaparia a uma resolução. Em que termos? Não poderia especular e não especulei. Não tinha dados para isso, portanto, não o fiz.

A minha opinião era a de que, à data, com a informação que tinha, a resolução seria o cenário mais provável, não se tratava de uma fonte de informação específica a dizer que iria acontecer a resolução; não era isso!

Portanto, esse era o contexto em que eu também estava a comentar a notícia. Quando vi a notícia no rodapé e me informaram que era essa a notícia, que «está tudo preparado», de alguma maneira, isso conduzia à minha própria convicção do que poderia acontecer.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias**: — Fiz mais uma pergunta que era a de saber se notícia dos depositantes acima de 100 000 euros objetivamente não era correta e não decorria da lei.

A minha pergunta era se tinha essa perceção ou não quando viu o *ticker*, porque aquela informação em particular (agora não vou adiantar as outras) não era correta. Pergunto: sabia, tinha essa perceção, ou não?

O Sr. Dr. **António Costa**: — Eu tinha essa perceção, mas como, obviamente, não estive na elaboração da notícia, não soube quais foram os passos que foram dados para chegar àquela conclusão e, portanto, não tinha condições para a contestar ou para a... Até, porque, de facto, como não participava na equipa editorial de construção de notícia não tinha muito a acrescentar para lá da minha perceção de que, de facto, àquela data, com a lei existente, a informação poderia não ser correta. Mas como não participei na construção, como disse, não sabia o que é que tinha levado até àquela conclusão.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não se registando qualquer pedido de palavra, resta-me agradecer o testemunho do Sr. Jornalista António Costa.

Recordo que ainda esta tarde teremos a audição do Sr. Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular, às 15 horas.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 23 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.